

Apresentação Dossiê: Memórias entrelaçadas: reflexões sobre memória e identidade na literatura lusófona

Susana L. M. Antunes* 

Maria da Conceição Oliveira Guimarães** 

Na tradição ocidental, a memória encontra, na figura de *Mnēmosynē*, deusa grega da memória e mãe das Musas, uma origem simbólica que associa recordar e criar, lembrar e narrar. Contudo, longe de representar um depósito imóvel do passado, *Mnēmosynē* encarna uma memória em movimento, geradora de vozes, ritmos e formas, na qual o ato de lembrar implica também deslocamento e reconfiguração. A memória, assim entendida, atravessa tempos, corpos e territórios, inscreve-se na linguagem como fluxo, travessia e instabilidade, contrariando a ideia de um espaço apaziguado, fixo e estabilizado. Como já assinalado na Chamada para o dossiê, esta concepção dinâmica da memória encontra ressonância na reflexão de Santo Agostinho, que, em *Confissões* (X, 14), a nomeia como “receptáculo dos conhecimentos” e “ventre da alma”. Ao evocar Santo Agostinho, sublinhou-se, desde logo, o caráter intimista, expansivo e paradoxal da memória, simultaneamente lugar de acolhimento e de movimento, onde o sujeito se confronta com a vastidão e a instabilidade do recordar. Entre o mito fundador da deusa *Mnēmosynē* e a formulação agostiniana, a memória afirma-se, assim, como um espaço em deslocamento, atravessado por tensões entre a permanência do recordar e as transformações que o ato de recordar implica, quer individualmente, quer ao nível coletivo. Neste horizonte crítico, o pensamento de Márcio Seligmann-Silva, em *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes* (Unicamp, 2003), revela-se fundamental para compreender as tensões entre o discurso histórico, a experiência traumática e a escrita literária. Ao problematizar os limites da representação, o autor sublinha que a memória não se apresenta como espelho fiel do passado, mas como construção marcada por lacunas, fraturas e deslocamentos, especialmente quando confrontada com eventos de violência histórica. Os aspectos teóricos sobre a memória, debatidos desde a Antiguidade até a era digital, constituem um campo de disputa política e ética, onde se decide o que será lembrado, celebrado, esquecido ou apagado, assegura Jacques Le Goff (1924-2014) no capítulo seminal “Memória” do magnânimo *História e memória* (Unicamp, 1996). Ao estabelecer uma estrutura analítica, o historiador francês delineia a trajetória da memória ética até

* Doutorada pela University of Massachusetts Amherst (UMass Amherst), Amherst, Massachusetts, Estados Unidos. Professora Assistente e Coordenadora do Programa de Português na University of Wisconsin-Milwaukee (UWM), Milwaukee, Wisconsin, Estados Unidos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2681-2173>. E-mail: sunes.antunes@gmail.com

** Pós-doutorada em Literatura Estrangeira Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), Coimbra, Portugal. Doutorada em Letras em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. Pesquisadora no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL-FLUL), Lisboa, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9715-7554>. E-mail: mcoguimaraes@gmail.com

sua valorização atual, assegurando que a literatura, em diversas formas e épocas, funcione como um mecanismo fundamental de permanência *mnemônica*. A memória jamais foi um repositório neutro do passado; antes, opera na contramão das narrativas hegemônicas, recuperando, reconfigurando e dando voz às experiências marginalizadas, cumprindo assim uma função ética e política essencial, certifica Le Goff. A partir dessas concepções dinâmicas e fragmentárias da memória que se estrutura o dossiê temático “Memórias entrelaçadas: reflexões sobre memória e identidade na literatura lusófona”. Os artigos que ora apresentamos oferecem um panorama concreto dessas dinâmicas e fragmentações, ilustrando como o gesto literário, fotográfico e cinematográfico responde, em diferentes épocas e contextos, aos mesmos imperativos: reelaborar o arquivo oficial, fazendo emergir memórias subterrâneas.

O dossiê abre com o texto “Memórias de desmemórias: o Eu e o Outro de José Cardoso Pires”, de Daniel Almeida Machado e Angela Guida, que examinam as relações entre memória, identidade, alteridade e narrativa a partir de *De profundis, valsa lenta*, de José Cardoso Pires, obra marcada pela experiência pessoal do autor com a perda temporária da memória após um acidente vascular cerebral. Ao refletir sobre a reconstrução do eu por meio da escrita, o estudo também se apresenta como uma homenagem ao escritor, no contexto das comemorações do centenário de seu nascimento (outubro de 2025). Silvie Špánková, no artigo “Tocar na chaga viva: os campos de batalha como *mnemotopos* na obra de Aquilino Ribeiro”, analisa a representação dos campos de combates como lugares de memória na obra de Aquilino Ribeiro, autor pioneiro na reflexão literária sobre a memória da Primeira Guerra Mundial, evidenciando um regime de dupla memória em que a própria construção da memória coletiva é tematizada. A partir do enquadramento teórico de Aleida e Jan Assmann, o estudo compara os relatos da viagem de 1928 e o conto “Chumbo” (*Caminhos errados*, 1947), destacando afinidades na configuração espacial e, sobretudo, na dimensão axiológica. Tatiana Prevedello no artigo “Capturas analógicas, inteligência artificial e suas distorções no processo de restauração memorialística dos arquivos fotográficos no romance *Eu hei-de amar uma pedra* e no episódio ‘Eulogy’, de *Black Mirror*”, analisa a relação entre fotografia, memória e inteligência artificial por meio de uma leitura comparativa com base em teorias da fotografia e na hermenêutica da memória. Examinando o arquivo fotográfico como dispositivo de rememoração, luto e construção identitária, o estudo argumenta que, embora a inteligência artificial amplie o acesso e reorganize o passado, também introduz novas mediações e limites éticos, evidenciando tensões entre a opacidade da memória literária e a promessa de restauração tecnológica. As marcas do colonialismo português em África, a partir de vozes femininas, são o ponto de partida para a análise que Maged Talaat Mohamed Ahmed Elgebaly apresenta em “Memórias interculturais entrelaçadas em *O Alegre Canto da Perdiz* de Paulina Chiziane e *Caderno de Memórias Coloniais* de Isabela Figueiredo”. Situadas num entrelugar marcado pelo retorno e pela subalternidade de gênero, aquelas memórias desestabilizam as narrativas coloniais lineares, evidenciando outras formas memorialísticas de constituição subjetiva. A análise do romance *Antes de nascer o mundo* (2009), de Mia Couto, a partir dos temas da memória e do deslocamento, é apresentada por Adriana Gonçalves da Silva, Cínthia da Silva Belonia e Ana Clara Vieira, no artigo “Memória e deslocamentos em *Antes de nascer o mundo*, de Mia Couto”. Examinando a experiência de *insílio* vivida pela família do narrador Mwanito durante a guerra civil moçambicana, as três autoras problematizam a construção de pertencimentos fraturados, onde a memória atua como elemento decisivo para relativizar a ideia de retorno pleno. Em “Dizer o indizível: a escrita das guerras

civis em Moçambique e Guiné-Bissau”, Érica Cristina Bispo analisa *Terra sonâmbula*, de Mia Couto, e *No fundo do canto*, de Odete Semedo, avaliando como a narrativa literária se configura um dispositivo de memória. O aludido estudo articula-se em torno da capacidade da ficção para realizar um trabalho de rememoração e ressignificação dos episódios traumáticos das guerras civis, atuando contra as forças do esquecimento e do apagamento histórico. A literatura é assim concebida como um espaço de inscrição da memória coletiva, onde o passado violento é reconfigurado narrativamente, permitindo a elaboração e a transmissão de uma memória cultural que resiste ao silenciamento e aos discursos dominante sobre o conflito. Em “Sobreviver ao século: ‘mulheres perdidas’ e identidade na obra de Guiomar Torresão e Camille Delaville”, Mónica Ganhão interpreta os mecanismos pelos quais a moral opressiva do século XIX operava um projeto de esquecimento institucionalizado, objetivando ao apagamento sistemático da memória social e histórica das mulheres consideradas transgressoras. A autora analisa como a narrativa literária funciona, em contrapartida, como um espaço de resistência *mnemônica*, onde essas identidades silenciadas são recuperadas e reinscritas, atestando assim os processos de exclusão que as condenavam ao anonimato e ao apagamento da memória coletiva. Pedro Gabriel Reis Albuquerque Moreira d’Alte realiza uma análise sobre os mecanismos da autoficção em *Melhor não contar*, de Tatiana Salem Levy, investigando as complexas relações entre memória individual e narrativa. O estudo foca especificamente nos processos de silenciamento e apagamento da memória traumática das vítimas de assédio e violência familiar. Por meio de modelos analíticos construídos para esse fim, o exercício literário compreende a autoficção como um ato de rememoração narrativa que transcende o íntimo. A obra é assim situada como um espaço de memória certificado, onde a escrita atua contra o esquecimento, permitindo que a experiência individual ressoe e se inscreva em uma dimensão coletiva e universal da memória cultural. O processo de hipertrofia da identidade portuguesa, tomando como objeto de estudo uma das obras mais emblemáticas de António Lobo Antunes é analisado por Gabriella Kelmer de Menezes Silva no estudo “A memória como desagregação da identidade nacional em *As naus*, de António Lobo Antunes”. O artigo centra-se na relação entre duas personagens, Pedro Álvares Cabral e o homem de nome Luís, examinando o modo como a memória, em articulação com os espaços ficcionais, produz rupturas face aos seus referentes históricos e desconstrói narrativas identitárias estabilizadas. Na contemporaneidade, vive-se o paradoxo da superabundância de registros e uma *amnesia* estrutural e, perante esse aspecto, o artigo de Mauro Cavaliere, “<Tanto dele quanto minha>: a personagem de Fernando e a guerrilha do Araguaia em *Azul-Corvo* de Adriana Lisboa”, demonstra como a estrutura narrativa complexa, com seus *flashbacks*, é um mecanismo de reconstituição da memória familiar e histórica (a guerrilha do Araguaia). Em “Um autêntico *rain-fila*: o tempo em *Crónica de uma Travessia* de Luís Cardoso”, assinado por Filipa Filipe e Teodora Gonzaga, analisa-se a configuração do tempo narrativo na obra do escritor timorense, ancorando a sua leitura na crença timorense do *rain-fila*, segundo a qual o tempo atua como uma força motriz e transformadora, capaz de desorientar o viajante e de reconfigurar a experiência da travessia.

A literatura surge, nesses contextos, como espaço privilegiado para a elaboração da memória, território capaz de acolher o que escapa à linearidade da historiografia e de dar forma ao indizível, ao fragmentário e ao residual. Na literatura de língua portuguesa, marcada por histórias de colonização, migração, exílio e diáspora, a memória manifesta-se como um campo de mobilidade contínua, no qual o passado não é apenas recuperado, mas igualmente deslocado, traduzido e renegociado no presente.

As narrativas literárias tornam visíveis esses movimentos, o que evidencia a memória como processo relacional, conflituoso e temporalmente instável. O valor da memória reside precisamente no potencial desestabilizador e reparador, assumindo assim o papel de arquivo vivo das vozes silenciadas — seja via *Mnēmosynē*, nos ventres agostinianos, nas catástrofes testemunhais de Seligmann-Silva ou nos arquivos da memória ética, pré-histórica, medieval e contemporânea analisados por Jacques Le Goff.

Na seção *varia*, Geovane Souza Melo Junior, no estudo “(Des)Montagens do tempo: a concepção de história no cinema de Sylvio Back e suas ressonâncias filosóficas”, conceitua o cinema como forma privilegiada de representação temporal para mobilizar procedimentos estéticos como atos de intervenção crítica, possibilitando a emersão de histórias soterradas pelas fissuras do passado. No artigo “Problemas da literatura comparada contemporânea: encruzilhadas literárias”, o autor Harion Custódio desconstrói monopólios institucionais do discurso, propondo instrumentos éticos para a recuperação de narrativas subalternas, configurando um espaço de intersecção literária onde perspectivas dissonantes convergem e se rearticulam. Por sua vez, em “Duas sátiras de escritoras anônimas do século XVI”, Marcia Arruda Franco promove um afastamento do cânone camoniano com o propósito de recuperar vozes femininas e registros do cotidiano, rejeitando o silenciamento imposto a essas mulheres pela influência dominante de uma narrativa patriarcal.

Desejamos a todos uma excelente e proveitosa leitura, na expectativa de que se prolongue em reflexão e diálogo.

Susana L. M. Antunes

Maria da Conceição Oliveira Guimarães

Organizadoras

Referências

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.